
ENUNCIADOS E SABER-PODER: UMA CONTROVÉRSIA SOBRE ALIMENTOS E SEDENTARISMO

STATEMENTS AND KNOWLEDGE-POWER: A CONTROVERSY ABOUT FOOD AND SEDENTARISM

LUCAS DE VASCONCELOS TEIXEIRA

ESPM e USP

Resumo: Sedentarismo ou alimentação: qual seria o principal fator para a ocorrência e aumento nas taxas de obesidade? Esta foi a controvérsia científica gerada pelo estudo da Fundação Getúlio Vargas que indica que a falta de atividade física é a causa primordial, juntamente com idade e renda. A literatura científica da área da saúde aponta que o consumo de ultraprocessados seja o principal causador. Assim, o objetivo deste artigo é examinar os enunciados e as visibilidades que emergiram dessa disputa, bem como suas relações ideológicas. A pergunta de pesquisa é: como os atores envolvidos tentam se apropriar do discurso científico a seu favor e refutar o seu opositor? A análise de discurso foucaultiana é o aporte teórico-metodológico usado para empreender as análises. Obtivemos como resultados nove enunciados de cada lado do espectro, além de formações discursivas ligadas à responsabilização do indivíduo ou compartilhada e à apropriação científica.

Palavras-chave: Consumo alimentar; ultraprocessados; arqueogenealogia; mídia; discurso.

Abstract: Sedentary lifestyle or food diet: what would be the main factor in the occurrence and increase in obesity rates? This was the scientific controversy generated by the scientific study conducted by Fundação Getúlio Vargas that indicates that the lack of physical activity is the primary cause, along with age and income. Scientific literature in the health sector indicates that the consumption of ultra-processed foods is the main cause. Thus, the objective of this article is to examine the statements and visibilities that emerged from this dispute, as well as their ideological relationships. The research question is: how do the actors involved try to appropriate the scientific discourse in their favor and refute their opponent? Foucauldian discourse analysis is the theoretical-methodological support used to undertake the analyses. We obtained as results nine statements on each side of the spectrum, in addition to discursive formations linked to individual or shared responsibility and scientific appropriation.

Keywords: Food consumption; ultra-processed foods; archaeogenealogy; media; discourse.

1 INTRODUÇÃO

Em abril de 2023, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) divulgou um estudo científico¹ que gerou controvérsia porque postula que o sedentarismo – e não a alimentação com base em ultraprocessados – seria o principal causador de obesidade, em conjunto com idade e renda. De acordo com a posição do estudo da FGV, o consumo calórico seria um fator pouco relevante para a obesidade e outras doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), como diabetes e hipertensão. Houve reação contrária a esse estudo *pari passu* à divulgação de seus resultados.

O entendimento atualmente mais em evidência na comunidade científica da área da saúde pública é a de que não somente o conteúdo nutricional dos alimentos, mas também o processamento desta comida pode influenciar o risco de obesidade e de outras doenças relacionadas à alimentação. Por exemplo, a escala de processamento dos alimentos (classificação NOVA)² embasou as recomendações da edição vigente do Guia Alimentar para a População Brasileira, do Ministério da Saúde. A partir de 2009, a classificação NOVA resultante de pesquisas do Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde (NUPENS) tem sido debatida por meio de artigos científicos, por exemplo: Monteiro *et al.* (2016); Menegassi *et al.* (2018); Santana *et al.* (2020). Os estudos do NUPENS são capitaneados por Carlos Augusto Monteiro, eleito juntamente com outros quatro pesquisadores da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo como alguns dos cientistas mais influentes do mundo³.

A proposta deste artigo é examinar os enunciados e as visibilidades que emergiram dessa disputa, bem como as relações ideológicas baseadas no saber-poder: saber articulado ao exercício de poder. Por sua vez, a pergunta que orienta esta pesquisa versa sobre o seguinte: quando visões de mundo distintas colidem, como os atores tentam se apropriar do discurso científico a seu favor e refutar o seu opositor?

¹ Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/33498>>. Último acesso: 23 set 2024.

² A definição de alimentos ultraprocessados surgiu em artigo científico (Monteiro *et al.*, 2010), no qual foi proposta a escala de processamento dos alimentos. A versão atual desta escala de processamento – classificação NOVA – separa os alimentos em quatro grupos alimentares (Brasil, 2014): (1) alimentos *in natura* ou minimamente processados, (2) ingredientes culinários, (3) alimentos processados e (4) alimentos ultraprocessados. Este último grupo engloba diferentes tipos de substâncias e de aditivos, fazendo com que seja comum o alimento possuir muitos ingredientes em sua composição - como corantes e aromatizantes - tanto para conservar quanto para modificar cor, odor, sabor ou textura do produto final. Fast foods em geral, refrigerantes, biscoitos e balas são alguns exemplos dentre diversas comidas e bebidas que se poderia enumerar como pertencentes a esta categoria.

³ Disponível em: <<https://jornal.usp.br/institucional/oito-dos-pesquisadores-mais-influentes-do-mundo-sao-da-usp/>>. Último acesso em 23 set 2024.

Investigar uma controvérsia que se fundamenta em concepções científicas em choque é frutífero para identificarmos os posicionamentos envolvidos bem como seus interesses. Com efeito, esta seria a principal contribuição deste trabalho.

A análise de discurso foucaultiana (arqueogenealogia) é o aporte teórico-metodológico usado para empreender as análises. O *corpus* da pesquisa é composto pelo estudo causador desta controvérsia, assim como a reportagem “Obesidade: indústria comemora estudo polêmico que, uma vez mais, tira o foco do papel da alimentação”⁴ de *O Joio e O Trigo* – veículo jornalístico sem fins lucrativos que aborda temas sobre alimentação, saúde e poder – contrária aos resultados do estudo da FGV. O texto será desenvolvido conforme os seguintes passos: fundamentação teórico-analítica, descrição do caso e sua oposição, análises e, por fim, as conclusões.

2 ARQUEOGENEALOGIA FOUCAULTIANA

Enunciados são a unidade elementar do discurso (Gregolin, 2004), são o átomo do discurso (Foucault, 2008). O enunciado não é exclusivamente linguístico e nem inteiramente material, é “uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (Foucault, 2008, p. 98). O enunciado não é uma estrutura, mas é fundamental para que se consiga dizer se existe uma frase, proposição ou ato de linguagem, pois permite a existência de conjuntos de signos (Foucault, 2008).

O enunciado está no plano de existência do discurso e não no de uma língua⁵, e, por esta razão, não se submete necessariamente a uma estrutura linguística, bem como não pode ser investigado como falso ou verdadeiro (Gregolin, 2004). Assim, “um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente”. (Foucault, 2008, p. 31). Por isso, o enunciado se conserva em seu espaço e existe enquanto esse espaço perdurar ou se/quando for reconstituído (Deleuze, 2013).

⁴ Disponível em: <<https://ojoioetrigo.com.br/2023/05/estudo-polemico-que-uma-vez-mais-tira-o-foco-do-papel-da-alimentacao/>>. Último acesso: 23 set 2024.

⁵ A língua é um conjunto de elementos que permite a comunicação, enquanto o discurso é a linguagem em ação.

Gregolin (2004) explica que enunciados são conjuntos de signos em função enunciativa, existindo, por isso, uma intrincada relação entre o enunciado e o que ele enuncia, que obedece a quatro condições: (i) não pode ser limitado a elementos gramaticais; (ii) demanda uma existência material, com substância e repetibilidade; (iii) necessita de um ‘campo associativo’ margeado por outros enunciados – imbuído por regras sócio-históricas e correlacionado a um âmbito subjacente de intertextualidade; (iv) demanda uma instância produtora que assinala a posição do sujeito.

A função enunciativa é que torna uma frase, uma proposição ou um ato de linguagem um enunciado partícipe de um jogo enunciativo que o coloca em circulação; “dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade” (Foucault, 2008, p. 119).

Uma função enunciativa coloca frases, proposições e formulações em relação com um campo de objetos, situando-as em um conjunto de posições possíveis para um sujeito que as insere em um domínio de coexistência e que as assenta em um espaço de materialidade repetível (Foucault, 2008).

Chamaremos *enunciado* a modalidade de existência própria desse conjunto de signos: modalidade que lhe permite ser algo diferente de uma série de traços, algo diferente de uma sucessão de marcas em uma substância, algo diferente de um objeto qualquer fabricado por um ser humano; modalidade que lhe permite estar em relação com um domínio de objetos, prescrever uma posição definida a qualquer sujeito possível, estar situado entre outras *performances* verbais, estar dotado, enfim, de uma materialidade repetível. (Foucault, 2008, p. 121-122).

Ademais, a descrição dos enunciados não tenta contornar as *performances* verbais – todo conjunto de signos utilizados em uma língua (Gregolin, 2004) – para descobrir o que possa estar oculto ou não-dito, uma vez que a análise enunciativa só pode se referir ao que foi dito, escrito ou expresso, mesmo que o enunciado não seja imediatamente visível (Foucault, 2008).

Nesse sentido, existem exclusões, lacunas e limites englobados no referencial das condições de emergência dos enunciados, assim como a validação de certas modalidades, o delineamento de grupos de coexistência e o impedimento do surgimento de outras formas de utilização (Foucault, 2008). Diante disso, a análise enunciativa é uma análise histórica que não se presta à interpretação das coisas

escondidas, mas inquirir a realidade manifesta, os rastros deixados e as razões pelas quais determinado discurso emergiu, e não qualquer outro em seu lugar. O momento de atualização do enunciado no presente, por sua vez, pode ser denominado como enunciação.

Foucault (2008) busca determinar, em sua análise enunciativa do discurso, o valor dos enunciados, caracterizando seus lugares, suas capacidades de circulação e possibilidade de transformação, bem como suas condições de apropriação. Com efeito, a análise do discurso foucaultiana não se preocupa com a “análise do pensamento” (Ribas, 2016), ou seja, com a intenção de descobrir algo além dos enunciados, mas centra esforços na compreensão sobre como aparecem certos discursos em um campo de possibilidades (*epistêmé*). “Não há possível nem virtual no domínio dos enunciados; nele tudo é real, e nele toda realidade está manifesta: importa apenas o que foi formulado, ali, em dado momento, e com tais lacunas, tais brancos”. (Deleuze, 2013, p. 15). Desse modo, a análise do campo discursivo compreende

o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui. Não se busca, sob o que está manifesto, a conversa semi-silenciosa de um outro discurso: deve-se mostrar por que não poderia ser outro, como exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar. (Foucault, 2008, p. 31).

Além disso, os enunciados são portadores de regularidades que devem ser confrontadas com as regularidades que caracterizam outros enunciados (Foucault, 2008). Assim, do ponto de vista enunciativo, uma regularidade banal não é menos ativa e operante do que aquela que possa ser singular e inovadora, ou seja, uma descoberta não é menos regular do que a mensagem que a difunde e repete. Quando se concebe esse tipo de articulação, vislumbram-se as coerências e também as contradições. É a partir da contradição que o discurso emerge.

Em sua arqueologia, Foucault preocupa-se especialmente com o saber e a primazia do enunciado no âmbito do saber (Deleuze, 2013). O saber não é a soma dos conhecimentos, mas o conjunto de objetos, formulações, escolhas e estratégias

reunidos a partir de uma positividade; não é uma dialética entre o falso e o verdadeiro, mas uma prática discursiva estabelecida com

o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um *status* científico [...]; um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso (...); um saber é também o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam [...]; finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso. (Foucault, 2008, p. 204).

Então, o autor argumenta que não existe saber sem uma prática discursiva deliberada bem como é possível entender que toda prática discursiva é definida pelo saber que ela forma. “As ciências - pouco importa, no momento, a diferença entre os discursos que têm presunção ou *status* de cientificidade e os que apresentam realmente seus critérios formais - aparecem no elemento de uma formação discursiva, tendo o saber como fundo”. (Foucault, 2008, p. 206). A ciência se localiza em um campo de saber variável ao sabor das diferentes formações discursivas e que é modificável conforme suas metamorfoses: em toda formação discursiva existe uma relação particular entre ciência e saber, ou seja, como uma ciência se assenta no elemento do saber, sendo neste espaço de ação que se especificam as relações da ideologia com as ciências.

Ademais, Foucault (2008) salienta que as contradições e as lacunas podem destacar o funcionamento ideológico de uma ciência, visto que um discurso não se separa da ideologia (a atuação ideológica não é reduzida à medida que cresce o rigor científico); revelar o funcionamento ideológico é analisar as práticas (tipos de enunciação, objetos, conceitos e escolhas teóricas) entre outras práticas, que podem estar inseridas em sistemas de proibição e valores, não no discurso científico. “Silenciamento e exposição são duas estratégias que controlam os sentidos e as verdades. Essas condições de possibilidade estão inscritas no discurso – elas delineiam a inscrição dos discursos em formações discursivas que sustentam os saberes em circulação numa determinada época”. (Gregolin, 2007, p. 15). Neste sentido, analisar os discursos significa tentar compreender as formas pelas quais as verdades são produzidas e enunciadas.

De acordo com Foucault (2015), o regime de verdade de uma sociedade é construído pelos efeitos de poder, coerções, tipos de discurso acolhidos, mecanismos de distinção entre enunciados falsos e verdadeiros, bem como se referenda um e outro. Também implica no que é valorizado para legitimá-los e na definição sobre quem pode validar aquilo que funciona como verdadeiro. Nesse caminho, conforme Deleuze (2013), a análise de discurso foucaultiana torna-se cada vez mais microfísica, exprimindo os efeitos do investimento político do corpo e das relações de poder: Foucault elabora “essa nova concepção de poder, que buscávamos, mas não conseguíamos encontrar nem enunciar” (Deleuze, 2013, p. 34).

O que Foucault almejava da História, segundo Deleuze (2013), era a determinação dos visíveis e dos enunciáveis nos diferentes períodos, pois uma época não se efetiva sem os enunciados que a exprimem e/ou sem as visibilidades que a preenchem. “Não é exagero dizer que todo dispositivo é um mingau que mistura o visível e o enunciável” (Deleuze, 2013, p. 48), isto é, os meios não discursivos passam a ser analisados sob a ótica do visível, em contraste com a forma do enunciável, ambas em suas formas de exterioridade que levam as palavras e as coisas à sua exterioridade constitutiva.

São os dois aspectos essenciais: por um lado, cada estrato, cada formação histórica implica uma repartição do visível e do enunciável que se faz sobre si mesma; por outro lado, de um estrato a outro varia a repartição, porque a própria visibilidade varia em modo e os próprios enunciados mudam de regime. (Deleuze, 2013, p. 58).

Assim, tudo o que foi explicado acerca do enunciado também se adapta à visibilidade. Outrossim, tal qual os enunciados, as visibilidades não são imediatamente vistas nem visíveis por mais que não desejem se ocultar. As condições de visibilidade dependem do trabalho do analista, que, da mesma forma que examina os enunciados para explicar aquilo que é (e não poderia ser outra coisa) vasculha as relações de forças e “linhas de visibilidade que tanto podem atuar como linhas de força e/ou de fratura” (Hoff, 2015, p. 169). A autora corrobora Gregolin (2007) ao ressaltar o papel da mídia, que tanto pode tornar visível o já visto – reforçando o dominante – quanto pode conferir visibilidade a questões veladas, modificando as linhas de força dos regimes de visibilidade. Com efeito, o palco do ambiente midiático potencializa a

visibilidade da controvérsia que não quer se camuflar, pois confere *status* ao lado que, eventualmente, chegue a ganhar esta disputa: seja por meio de políticas públicas que reforcem seus argumentos, seja através de outros tipos de benefícios, como a notoriedade dos cientistas.

Cabe ressaltar ainda que o saber consiste no entrelaçamento do visível com o enunciável e que o poder configura a sua causa e, ao mesmo tempo, o que viabiliza sua passagem a se tornar ato. Por isso, é errôneo o entendimento de que o saber só aparece onde as relações de força não estão em ação. “Não há modelo de verdade que não remeta a um tipo de poder, nem saber ou sequer ciência que não exprima ou não implique ato, um poder se exercendo. Todo saber vai de um visível a um enunciável” (Deleuze, 2013, p. 48). Neste sentido, o saber é um agenciamento, um dispositivo de enunciados e visibilidades que existe em função e se distribui por meio de limiares, dos quais um deles é a ciência.

Desta forma, é preciso analisar as palavras e as coisas com o intuito de descobrir os enunciados e as visibilidades, de maneira a alcançar o que as separa e as confronta, engendrando a cada vez a verdade: “o verdadeiro só se dá ao saber através de “problematizações” e que as problematizações só se criam a partir de “práticas”, práticas de ver e práticas de dizer” (Deleuze, 2013, p. 72-73). Sendo assim, toda prática de poder é intimamente atrelada a uma prática de saber, por exemplo, a ciência fomenta saberes capazes de construir conhecimento, mas que não são separáveis das relações de poder que geram diferentes interesses e embates.

Para Deleuze (2013), quando esse *saber-poder* se manifesta em exterioridades, como as instituições, observa-se a emergência de campos de visibilidade e regimes de enunciados. É pertinente salientar que a questão da visibilidade como perspectiva de que enunciados e discursos sejam percebidos, tanto no sentido de um ecoar das questões que eles contêm como no de aqueles enunciados e discursos poderem ser vigiados e controlados (na perspectiva de Vigiar e punir, enfatizada por Deleuze); visibilidade como possibilidade geral de perceber, de compreender fenômenos (como no foco básico da fenomenologia) e possibilidade específica de perceber para controlar, porque a visão é provavelmente o sentido perceptivo mais favorável ao controle do outro. Além disso, a emergência do saber relaciona-se ao exercício de um

poder e a um estado de forças: “os enunciados só existem numa multiplicidade discursiva, e as visibilidades numa multiplicidade não-discursiva. E essas duas multiplicidades desembocam numa terceira, multiplicidade das relações de forças” (Deleuze, 2013, p. 90). Com efeito, chegamos à parte genealógica da arqueogenealogia – análise de discurso foucaultiana –, na qual as inter-relações verdade, sujeito e poder, incluindo de forma mais explícita nas análises as práticas não discursivas e as relações de poder, são preponderantes. O saber emerge de um campo de possibilidades não somente enunciativas, mas de um estado de forças em associação ao exercício de poderes.

3 DESCRIÇÃO DO ESTUDO DA FGV SOBRE OBESIDADE NO BRASIL E SEU CONTRAPONTO JORNALÍSTICO

A proposta da FGV foi realizar um estudo multidimensional sobre a obesidade no país que englobasse diferentes fatores que pudessem ocasionar a doença e, tendo os resultados em mãos, propor políticas em saúde pública para que a obesidade não continue a crescer – o estudo estima que, em 2030, a doença atinja 24,5% da população caso a taxa de crescimento permaneça a dos dias atuais. Atualmente, 20,1% dos brasileiros são considerados obesos.

A pesquisa mapeou, por meio de informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em cruzamento com outras bases de dados e com o uso de ferramentas tecnológicas de *big data*, que as condições socioeconômicas, a falta de atividade física e a idade são os fatores mais relevantes para a prevalência da obesidade no país. As condições socioeconômicas interferem porque existe, de acordo com os resultados do estudo, um desequilíbrio entre o consumo e o gasto calórico nas populações de baixa renda, devido à interpretação limitada das informações nutricionais (causada pela baixa escolaridade) e também a uma falta de acesso a alimentos ricos em nutrientes e baratos. Já a idade influencia desde a primeira infância com consequências nas demais etapas da vida, a saber: bebês e crianças pertencentes a famílias de classes econômicas menos favorecidas tendem a ser mais sedentários; o jovem que cresceu com as condições descritas, à medida que fica adulto, tem maior a

probabilidade de ficar ou permanecer obeso – e, com o envelhecimento populacional, teríamos cada vez mais idosos obesos. Paralelamente a esses fatores, o sedentarismo tem crescido principalmente pela importação de costumes globalizados, especialmente norte-americanos, como maratonar séries via *streaming*.

De acordo com o estudo da FGV, a alimentação das pessoas melhorou bastante nas últimas décadas. Juntamente com outros aspectos, como acesso mais disseminado aos serviços de saúde e ao saneamento básico, a alimentação contribui para o aumento da expectativa de vida da população brasileira. Por isso, seria exagerado afirmar que a obesidade tem como fator determinante o consumo alimentar de alguma comida específica. Apesar disso, o estudo não deixou de dar importância à ingestão de alimentos como contribuinte para a obesidade. Por exemplo, o hábito alimentar do arroz e feijão, típico do brasileiro, não seria risco para a obesidade; por sua vez, o churrasco é um hábito alimentar nocivo quando se pensa em obesidade, principalmente associado ao consumo de bebida alcoólica e ao sedentarismo. Contudo, de acordo com dados do estudo, a alimentação semanal de pessoas com peso normal e com sobrepeso e obesidade não apresentou significância estatística, ou seja, comem por semana quantidades equivalentes de alimentos como sucos naturais e carnes magras.

Os coordenadores do estudo apontam que grande parte das pesquisas brasileiras sobre a obesidade busca por um único fator causador, em vez de ter uma perspectiva integrada. Por exemplo, a ingestão de açúcar analisada isoladamente é certamente um agente relacionado ao sobrepeso, mas se este consumo for analisado em conjunto com outros fatores poderia deixar de ser tão preponderante.

Além disso, no que refere às políticas públicas, o estudo da FGV indica a ineficácia da tributação de alimentos hipercalóricos, como os refrigerantes, para a redução da obesidade porque haveria a substituição por outro produto similar ao invés do não consumo. O estudo realiza uma comparação com o que é feito em outros países e recomenda como exemplos de políticas públicas eficazes a proibição de determinados alimentos em escolas e a advertência nos rótulos de produtos industrializados.

Por outro lado, houve grande resistência e contestação da idoneidade desse estudo por parte de pesquisadores ligados à saúde pública. Tomaremos a reportagem de *O Joio e O Trigo* publicada em maio de 2023 para ilustrar os principais argumentos contrários.

O texto, já em seu título, aponta que a indústria alimentícia seria a grande beneficiada pelos resultados do estudo da FGV porque o foco da discussão não seria o malefício causado pelos produtos ultraprocessados: formulações industriais que utilizam aditivos, conservantes e estabilizantes que não costumam estar presentes nas preparações caseiras, mantendo pouco ou mesmo nada do alimento *in natura* (Monteiro *et al.*, 2016)

A reportagem cita também que a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia) tentou fazer *lobby*, tendo como base os resultados desse estudo junto à Câmara dos Deputados em Brasília, para pautar a redução da carga tributária a que a indústria alimentícia é submetida. Afinal, a indústria teria evidências científicas para referendá-la.

Antes de avançarmos, cabe algumas considerações sobre a pressão institucional popularmente conhecida como *lobby*. Segundo Graziano (1997), quem faz *lobby* precisa ter um conhecimento especializado em sua área de atuação; ele afirma ainda que *lobby* não é o mesmo que corrupção. “O *lobby* é um empreendimento caro e de resultados incertos. Não haveria necessidade de armar esquemas tão dispendiosos se houvesse disponibilidade de meios mais diretos e eficazes, embora talvez a custos comparáveis” (Graziano, 1997, p. 4). Deste modo, o *lobby* exclui a troca desonesta de favores, mas, de qualquer forma, o poderio econômico pode ocasionar um desequilíbrio de forças entre os grupos de interesse com potenciais impactos negativos em relação ao interesse coletivo.

Poderio econômico usado para desequilibrar a disputa é algo que, segundo a reportagem, é procedimento corriqueiro para a indústria, especialmente a de refrigerantes, como no caso de a Zona Franca de Manaus ser uma ilha de benesses para as empresas do setor. Concomitantemente, a reportagem investigou que os pesquisadores da FGV responsáveis pelo estudo também são autores de outra

pesquisa, desta vez sobre a Zona Franca, na qual defendem a manutenção da isenção de impostos aos refrigerantes lá produzidos.

A reportagem também acusa o estudo de ser mais um caso de influência das indústrias alimentícias nos resultados de relatórios e estudos científicos, neste caso para ressaltar o sedentarismo e diminuir a importância da alimentação com ultraprocessados para a obesidade. Se isto tiver ocorrido efetivamente, não seria algo inédito. No livro “Uma verdade indigesta: como a indústria alimentícia manipula a ciência do que comemos” a pesquisadora da Universidade de Nova York Marion Nestle debruçou-se sobre o caso da Coca-Cola em um dos capítulos do referido livro. Segundo apurado por Nestle (2019), a empresa passou a financiar diversos estudos na área de saúde a partir da virada do milênio nos Estados Unidos da América. Tais pesquisas, de maneira geral, concluíam que a atividade física é mais efetiva que a dieta no controle de peso. Porém, o referido financiamento raramente era declarado. Ao contribuir monetariamente para aqueles estudos, a Coca-Cola incluía seus próprios pesquisadores e/ou demandava receber os resultados antes da divulgação para, assim, editar os resultados conforme seus interesses.

O paralelo que a reportagem faz entre o estudo da FGV e esse *modus operandi* da Coca-Cola está no financiamento, pois *O Joio e O Trigo* questionou a Fundação Getúlio Vargas sobre as fontes de financiamento. Porém, não obteve resposta.

O estudo ser conduzido por economistas e não por pesquisadores da área da saúde também é outro dos questionamentos da reportagem. Isso porque o modelo estatístico em si depende dos *inputs* e da interpretação dos resultados, que, segundo especialistas consultados, contêm vieses. O método também sofreu críticas porque esse recorte transversal do estudo da FGV seria como uma fotografia, que não necessariamente capta como as pessoas se alimentam – o protocolo científico correto deveria ser o acompanhamento sobre como as pessoas comem ao longo do tempo. Além disso, a própria cientificidade da pesquisa foi contestada, pois o estudo não foi submetido à avaliação cega por pares, como ocorre geralmente na publicação em revistas científicas reconhecidas.

Outras ponderações dizem respeito aos hábitos alimentares, como no caso do arroz e feijão e do churrasco; e também do sedentarismo, que poderia ter uma

causalidade reversa, isto é, a obesidade ser a causa da inatividade física e não o inverso.

4 CONTROVÉRSIA EM ANÁLISE

A partir dos dados e dos conceitos apresentados, estão registrados a seguir, no quadro 1, os principais enunciados e enunciações da controvérsia sobre as causas da obesidade no Brasil de acordo com o estudo da FGV e com o veículo jornalístico sem fins lucrativos *O Joio e O Trigo*.

Quadro 1: Enunciados da controvérsia científica sobre as causas da obesidade no Brasil.

	Estudo FGV	O Joio e O Trigo
1	Obesidade em crescimento no Brasil, sob uma análise imparcial, científica	A indústria alimentícia seria a grande beneficiada pelos resultados do estudo
2	Confiabilidade por causa da estatística e das ferramentas tecnológicas	Estudo da FGV não possui validade científica, pois não passou pela avaliação de pares
3	Causa primordial: sedentarismo	Uso do estudo para lobby político e para manutenção de benefícios tributários
4	Fator importante: condições socioeconômicas	Autores do estudo já defenderam a Zona Franca de Manaus, região que favorece economicamente grandes indústrias alimentícias
5	Fator importante: idade e expectativa de vida	É mais um exemplo de manipulação da ciência por parte das indústrias alimentícias. Financiadores não divulgados
6	Alimentação da população brasileira melhorou nas últimas décadas	Estudo realizado por economistas e não por pesquisadores da área da saúde
7	Exagero afirmar que o consumo alimentar é determinante para causar obesidade	Estudo contém vieses metodológicos e de interpretação de resultados
8	Pesquisas da área da saúde buscam uma única causa para a obesidade, não relacionando os diferentes fatores	Estudo aborda a alimentação de forma parcial quando é conveniente
9	Ineficaz tributar alimentos hipercalóricos porque as pessoas buscarão substitutos equivalentes mais baratos	Estudo analisa parcialmente a relação sedentarismo e obesidade

Fontes: Conteúdos de FGV e de *O Joio e O Trigo*.

Conforme o confronto de posicionamentos do quadro 1, um enunciado “*é a curva que une pontos singulares*, isto é, que efetua ou atualiza relações de forças”

(Deleuze, 2013, p. 86). É aquilo que já foi dito, repetido, que possui uma ordem de elaboração e uma história.

Por sua vez, o discurso é composto por um conjunto de sequências de signos. Vale ressaltar que o discurso não é somente o ato de designar algo, mas é composto por práticas constituidoras de uma realidade. (Ribas, 2016). Para Foucault (2008), é possível reunir diferentes tipos de discurso como prática, por exemplo, discurso clínico, econômico ou científico.

No estudo de caso aqui em análise podemos identificar estas três práticas discursivas. O discurso como prática científica é mais evidente, pois a ciência é o meio pelo qual ambos os lados da controvérsia tentam legitimar a sua própria visão, seu ordenamento de mundo. O clínico se aproxima do científico na medida em que as recomendações para uma vida sem obesidade passam, de um lado, por evitar o sedentarismo como instância fundamental e, de outro, pela alimentação saudável e sem ultraprocessados como pré-requisito principal. E o discurso como prática econômica é visível quando aqueles que defendem o consumo alimentar sem ultraprocessados trazem, por exemplo, o *lobby* realizado por uma entidade que representa os interesses das indústrias alimentícias.

É de grande valia perscrutar as práticas discursivas porque “é o dizer que fabrica as noções, os conceitos, os temas de um momento histórico. A análise dessas práticas mostra que a relação entre o dizer e a produção de uma ‘verdade’ é um fato histórico” (Gregolin, 2007, p. 15). Para Foucault (2008), as práticas discursivas elencam um conjunto de regras anônimas e históricas determinadas no tempo e no espaço que definem em diferentes contextos (sociais, geográficos, econômicos etc) as condições de exercício da função enunciativa.

Por sua vez, formação discursiva é a lei que rege a coexistência entre os enunciados, a constituição dos conjuntos sógnicos, que poderá ser “individualizada se se puder definir o sistema de formação das diferentes estratégias que nela se desenrolam; em outros termos, se se puder mostrar como todas derivam [...] de um mesmo jogo de relações” (Foucault, 2008, p. 76). Ou seja, é o lugar de onde as simbolizações e os efeitos podem ser percebidos, situados e determinados (Foucault, 2008), bem como o sistema de seus referenciais, os regimes que pautam os diferentes

modos de enunciação e a distribuição possível das posições subjetivas (Gregolin, 2004).

Uma formação discursiva que emerge da controvérsia em questão trata da responsabilização do indivíduo confrontada com a responsabilização compartilhada por meio de ações coletivas que gerem políticas públicas para conter o avanço das DCNTs. As indústrias, imbuídas dos preceitos da racionalidade neoliberal da sociedade, imputam toda a responsabilidade do que as pessoas comem e bebem ao próprio indivíduo. Conforme Dardot e Laval (2016), é a suposta “liberdade de escolha” imposta pelo capitalismo financeiro que estabelece o indivíduo como o único responsável pelo seu destino. Afinal, o discurso neoliberal favorece os detentores do capital, no caso as indústrias alimentícias, ao privatizar as condutas e as práticas discursivas e alimentares. Por sua vez, para os defensores do consumo de comida sem ultraprocessados, a obesidade e outras DCNTs têm profunda relação com a saúde coletiva e, desta forma, são problemas que deveriam ser enfrentados por meio de políticas públicas que desestimulassem o consumo de ultraprocessados, fontes de altos rendimentos financeiros para as indústrias.

O surgimento de uma formação discursiva está correlacionado com uma grande renovação de formas de enunciação, objetos, conceitos e estratégias.

Dizer que uma formação discursiva substitui outra não é dizer que todo um mundo de objetos, enunciações, conceitos, escolhas teóricas absolutamente novas surge já armado e organizado em um texto que o situaria de uma vez por todas; mas sim que aconteceu uma transformação geral de relações que, entretanto, não altera forçosamente todos os elementos; que os enunciados obedecem a novas regras de formação e não que todos os objetos ou conceitos, todas as enunciações ou todas as escolhas teóricas desaparecem. (Foucault, 2008, p. 194-195).

Desse modo, antes da emergência do neoliberalismo, esse tipo de formação discursiva já poderia acontecer, porém, de outra forma, provavelmente mais atenuada. Afinal, nem todos os elementos do capitalismo foram modificados nesta nova racionalidade neoliberal.

Na controvérsia aqui em análise existe um descompasso entre o enunciado e a ação efetiva visível na formação discursiva da apropriação científica para tentar convencer a população através da mídia. “O que os textos da mídia oferecem não é a

realidade, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta” (Gregolin, 2007, p. 16). Ao afirmar que as pesquisas da área da saúde buscam uma única causa para a obesidade – a alimentação – os coordenadores do estudo da FGV tentam desqualificar a literatura científica em voga perante a população brasileira, bem como municiar entidades que defendem os interesses das indústrias com argumentos para validar ou reforçar seus interesses. Neste sentido, a mídia é o principal dispositivo discursivo por meio do qual uma “história do presente” é estruturada, colocando em circulação vontades de verdade materializadas em discurso (Gregolin, 2007).

Para analisar os acontecimentos, é preciso identificar em que consistem suas modificações, analisar as transformações de seus elementos, relações e regras de formação – o princípio de sua multiplicidade e de sua dispersão. Desse modo, o repetitivo e a ruptura (alteração no regime de uma ou de diversas formações discursivas) estão no mesmo nível, como elementos de uma prática discursiva comandados pelas regras de formação das positivities. “Analisar positivities é mostrar segundo que regras uma prática discursiva pode formar grupos de objetos, conjuntos de enunciações, jogos de conceitos, séries de escolhas teóricas” (Foucault, 2008, p. 203), constituindo a base elementar para a construção de um saber. Neste sentido, cabe a ressalva de que os textos analisados pertencem a dispositivos enunciativos diferentes, pois, afinal, o relatório integra um banco de dados científico, o que conforma uma repercussão diferente de um texto midiático e jornalístico, cujo saber-poder e visibilidade diferem do primeiro.

Na formação discursiva da apropriação científica para a tentativa de influenciar a população por meio da mídia, aqueles que defendem a alimentação como fundamental para uma vida sem obesidade se valem de linguajar científico que normalmente é hermético para a população em geral. Assim, acabam passando como os detentores da “verdade”.

Ambos os lados da referida controvérsia possuem interesses além da questão científica em si. Aqueles do lado da indústria, como já ressaltamos, desejam uma relação mais estreita com o setor para o financiamento de seus projetos – como no exemplo retratado por Nestle (2019). Por sua vez, o lado dos pesquisadores da saúde

não quer ter contestado sua posição de “donos do saber científico”. Para Foucault (2015), a economia política da verdade está, pois, centrada no discurso científico e nas instituições que o produzem, mobilizada pela produção econômica e pelo poder político e consumida pelos aparelhos midiáticos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sedentarismo ou a alimentação, qual seria o principal fator para a incidência de obesidade? Esta foi a controvérsia gerada pelo estudo científico da FGV que aponta para a falta de atividade física, juntamente com idade e renda. A compreensão atual da comunidade científica da área da saúde é a de que a alimentação que contenha o consumo de ultraprocessados é a principal causa.

Assim, o objetivo proposto foi examinar os enunciados e as visibilidades que emergiram dessa disputa. A pergunta de pesquisa foi sobre a busca pela apropriação do discurso científico por parte dos atores envolvidos para validar seus conceitos e refutar os de seu opositor. Vimos que o uso dos dados científicos foi a mola mestra da singularização discursiva e da instrumentalização do poder utilizada por ambos os lados da controvérsia para referendar midiaticamente os argumentos favoráveis ao seu espectro da disputa.

A arqueogenealogia foucaultiana foi o aporte teórico-metodológico usado para empreender as análises. Obtivemos como resultados nove enunciados de cada lado do espectro, por exemplo: “exagero afirmar que o consumo alimentar é determinante para causar obesidade” e “tributação dos alimentos hipercalóricos como medida ineficaz, pois as pessoas buscarão substitutos equivalentes mais baratos” sob a mirada do estudo da FGV; “estudo realizado por economistas e não por pesquisadores da área da saúde” e “uso do estudo para *lobby* político e para manutenção de benefícios tributários” pela perspectiva dos cientistas da área da saúde e do site *O Joio e O Trigo*. Além disso, as formações discursivas ligadas à responsabilização do indivíduo ou compartilhada e à apropriação científica e sua relação com a mídia, bem como o discurso como prática clínica, econômica ou científica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Guia alimentar para a população brasileira**. Brasília: Ministério da Saúde, 2ª. Edição, 1ª. Reimpressão, 2014.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GRAZIANO, Luigi. *O lobby e o interesse público*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 35, 1997, p. 1-12.

GREGOLIN, Maria R. O enunciado e o arquivo: Foucault (entre)vistas. In: SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro. **Foucault e os domínios da linguagem**: discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz Editora, 2004, p. 23-44.

GREGOLIN, Maria R. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. **Revista Comunicação, Mídia e Consumo**, v. 4, n. 11, 2007, p. 11-25.

HOFF, Tânia. “Biossociabilidades do consumo: regimes de visibilidade da diferença no discurso publicitário”. In: ROCHA, Rose; PERES-NETO, Luiz (org). **Memória, comunicação e consumo**: vestígios e prospecções. Porto Alegre: Sulina, 2015, p. 165-179.

MENEGASSI, Bruna et al. A nova classificação de alimentos: teoria, prática e dificuldades. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, 2018, p. 4165-4176.

MONTEIRO, Carlos; LEVY, Renata; CLARO, Rafael; CASTRO, Inês; CANNON, Geoffrey. A new classification of foods based on the extent and purpose of their processing. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 26, n. 11, 2010, p. 2039-2049.

MONTEIRO, Carlos A. et al. Classificação dos alimentos. *Saúde Pública*. NOVA. A estrela brilha. **World Nutrition**, v. 7, 2016, p. 28-40.

NESTLE, Marion. **Uma verdade indigesta**: como a indústria alimentícia manipula a ciência do que comemos. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

RIBAS, Thiago F. A análise do saber em Foucault. **Revista Ideação**, n. 33, 2016, p. 47-74.

SANTANA, Marina O. et al. Analysing persuasive marketing of ultra-processed foods on Brazilian television. **International Journal of Public Health**, v. 65, n. 7, 2020, p. 1067-1077.

SOBRE O(A) AUTOR(A)

Lucas de Vasconcelos Teixeira

Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo (ESPM), em que foi bolsista Capes-Propup. Mestre pelo mesmo programa. Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de São Paulo (USP). MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas e especialista em Marketing pela Fundação Dom Cabral. Bacharel em Comunicação Social - com habilitação em Publicidade e Propaganda - pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Integrante do grupo de pesquisa Biocon.

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0570669633689620>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3890-0747>

E-mail: lvteixeira@gmail.com

COMO CITAR ESTE ARTIGO

TEIXEIRA, Lucas de Vasconcelos. Enunciados e saber-poder: uma controvérsia sobre alimentos e sedentarismo. **Passagens:** Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, v. 15, n.3. Especial. p. 103-121, nov, 2024.

RECEBIDO EM: 16/06/2024

ACEITO EM: 17/07/2024

PUBLICADO EM: 28/11/2024

121



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional
